

ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-10-2023.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alex Sandro Nunes da Rosa, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 569/23 (Processo nº 0960/23), de autoria de Biga Pereira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 601/23 (Processo nº 1022/23), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Resolução nº 069/23 (Processo nº 0895/23), de autoria de Moisés Maluco do Bem; o Projeto de Resolução nº 079/23 (Processo nº 1032/23), de autoria Giovane Byl, o Requerimento, de autoria de Biga Pereira, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 449/23 (Processo nº 0774/23). Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 3279/2023, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 032/23 (Processo nº 1073/23). Foram apregoados os Ofícios nºs 3277 e 3278/23, firmados por Sebastião Melo, Prefeito, por meio dos quais informa que se ausentará do Município do dia quatro às treze horas ao dia cinco de outubro do corrente, a fim de participar de audiência, a convite da Frente Nacional de Prefeitos, com Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, cuja pauta será a Reforma Tributária. Foi apregoada Justificativa de Falta de Alvoni Medina das quatorze às dezesseis horas do dia três de outubro do corrente, devido a sua participação no evento “Se Vira nos 60”, promovido pela Coordenadoria de Direito do Idoso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social realizado no Centro municipal de Cultura em Porto Alegre - RS. Às quatorze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 024/23 (Processo nº 0900/23), após ser discutido por Mari Pimentel, Engº Comassetto, Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Márcio Bins Ely, Cassiá Carpes e José Freitas. Durante o período de Discussão, os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e dois minutos às quatorze horas e cinquenta e três minutos e das quinze horas e vinte e nove minutos às quinze horas e quarenta minutos. Foram apregoados Requerimentos, solicitando votação em destaque

para Emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, na forma que segue: para as Emendas nºs 01, 04 e 05, de autoria de Cláudio Conceição; para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, de autoria do vereador Cassiá Carpes; para as Emendas nºs 07 a 09, nºs 12 a 18, 25 e 27, de autoria de Biga Pereira; para as Emendas nºs 21 a 24, de autoria de Karen Santos; para as Emendas nº 55 a 58, de autoria de Giovani Culau e Coletivo; e para as Emendas nºs 72 e 73, de autoria de Roberto Robaina. Foi apregoado o Termo de Anuência firmado pelos Líderes de Bancada, por meio do qual promovem alterações no texto da Emenda nº 04, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foi apregoado Requerimento de autoria da vereadora Biga Pereira, solicitando a retirada do pedido de votação em destaque para a Emenda nº 26, aposta à matéria ora em apreciação. Foi rejeitada a Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foi aprovada a Emenda nº 04, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foi aprovado o Termo de Anuência, firmado pelas Lideranças partidárias, propondo alteração no texto da Emenda nº 04, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foi aprovada a Emenda nº 05 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, após ser encaminhada à votação por Lourdes Sprenger, sendo solicitada votação nominal por Mari Pimentel que, logo após, foi retirada pela própria autora da solicitação. Foi aprovada a Emenda nº 07 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, após ser encaminhada à votação por Biga Pereira. Ainda, Ramiro Rosário registrou intenção de ter votado contrariamente à Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foi rejeitada a Emenda nº 08 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, por onze votos SIM, vinte votos NÃO, e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Aírto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e optado pela Abstenção Alex Buyu. Foi rejeitada a Emenda nº 09 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Aírto Ferronato, Alex Buyu, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 12 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, por dez votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Biga Pereira, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alex Buyu, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo,

Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Cláudia Araújo formulou Requerimento verbal, solicitando a formação de blocos de proposições para votação em conjunto, o primeiro integrado pelas Emendas nºs 15 e 56, e o segundo integrado pelas Emendas nºs 13 a 18, 21 a 25, 27, 55 a 58, 72 e 73 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, tendo, em seguida, aditado seu Requerimento verbal, excluindo a Emenda nº 13 do segundo bloco. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Cláudia Araújo, solicitando a formação do Bloco com as Emendas nºs 15 e 56 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foram aprovadas, em bloco, as Emendas nºs 15 e 56 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. O Diretor Legislativo consultou os Líderes quanto à formação de bloco de Emendas para votação em conjunto, integrado pelas Emendas nºs 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57, 58, 72 e 73 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, tendo constatado não haver acordo para a formação do bloco. Ainda, foi registrada a intenção de Tiago Albrecht em ter votado favoravelmente às Emendas nºs 15 e 56, votadas em bloco anteriormente. Aírto Ferronato manifestou-se sobre a formação do bloco de Emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, sugerindo alterações em sua composição. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e treze minutos às dezesseis horas e dezoito minutos. O Diretor Legislativo consultou os Líderes quanto à formação de bloco de Emendas para votação em conjunto, integrado pelas Emendas nº 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57 e 58 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Karen Santos indagou sobre eventuais prejudicialidades em Emendas, decorrente da aprovação da Emenda nº 04 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foi aprovada a formação de Bloco integrado pelas Emendas nºs 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57 e 58 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Foi aprovada a Emenda nº 73 ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Jonas Reis e Karen Santos. Foram rejeitadas, em bloco, as Emendas nºs 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57 e 58, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, após ser encaminhada à votação por Giovani Culau e Coletivo, Aírto Ferronato e Prof. Alex Fraga, por onze votos SIM, vinte e quatro votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Mari Pimentel, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e optado pela Abstenção Alex Buyu. Foi aprovada a Emenda nº 13 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, após ser encaminhada à votação por Biga Pereira, Jessé Sangalli e Marcelo Sgarbossa, por vinte e nove votos SIM e quatro votos NÃO, em votação nominal determinada por Moisés Maluco do Bem, presidindo, tendo

votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alex Buyu, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, e votado Não Comandante Nádia, Fernanda Barth, Lourdes Sprenger, Pablo Melo. Foi rejeitada a Emenda nº 72 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Giovanni Culau e Coletivo, Mauro Pinheiro e Prof. Alex Fraga, por treze votos SIM, quinze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e optado pela Abstenção Alex Buyu. Foi rejeitada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/23, após ser encaminhada à votação por Cassiá Carpes, Mari Pimentel, Alex Buyu e Comandante Nádia (PP), por seis votos SIM, vinte e cinco votos NÃO e três ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Cassiá Carpes, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Alex Buyu, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino e optado pela Abstenção Biga Pereira, Giovanni Culau e Coletivo e Roberto Robaina. Foram aprovados o Projeto de Lei do Executivo nº 024/23 e Emendas aprovadas pela CEFOR e não destacadas (Mensagem Retificativa nº 01 e Emendas nºs 02, 03, 19, 59, 74, 75, 76 e 77), por vinte e sete votos SIM, quatro votos NÃO e quatro ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alex Buyu, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo e Marcelo Sgarbossa. Foram consideradas rejeitadas, nos termos do inciso VI do art. 120 do Regimento, as Emendas nºs 06, 10, 11, 20, 26, 28 a 54 e 60 a 71 apostas Projeto de Lei

do Executivo nº 024/23, que tiveram parecer pela rejeição na CEFOR e não foram destacadas para votação em separado. Às dezoito horas e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Idenir Cecchim, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo os ofícios nºs 3277 e 3278/23, firmados pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio dos quais informa que se ausentará do Município do dia 4 até as 13h do dia 5 de outubro de 2023, a fim de participar de audiência, a convite da Frente Nacional de Prefeitos, com o Sr. Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, cuja pauta será a Reforma Tributária (SEI nº 118.00587/2023-25).

Apregoo justificativa de falta do Ver. Alvoni Medina, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação no evento “Se Vira nos 60”, no Centro Municipal de Cultura, no dia 3 de outubro de 2023, das 14h às 16h, promovido pela Coordenadoria de Direito do Idoso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h25min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0900/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/23, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. **(SEI 118.00543/2023-03)**

Parecer:

- da **CEFOR**. Relatora Ver^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01, das Emendas nºs 02, 03, 19, 59 e 74 a 77 e da Subemenda nº 01 à Emenda 03, e pela rejeição das Emendas nºs 01, 04 a 18, 20 a 58 e 60 a 73.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas;
- com Emendas nºs 02 e 03, dos Vers. Cassiá Carpes, Airto Ferronato, Gilson Padeiro e Moisés Maluco do Bem e das Ver^{as} Mônica Leal e Fernanda Barth;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 e Emendas nºs 74 a 77, da Ver^a Mari Pimentel;
- com Emenda nº 04, do Ver. João Bosco Vaz;
- com Emenda nº 05, da Ver^a Lourdes Sprenger;
- com Emendas nºs 06 a 19, 25 a 27, da Ver^a Biga Pereira;
- com Emenda nºs 20, 28 a 54, 60 a 71, do Ver. Jonas Reis;
- com Emendas nºs 21 a 24, da Ver^a Karen Santos;
- com Emendas nºs 55 a 59, do Ver. Giovani Culau e Coletivo;
- com Emendas nºs 72 e 73, do Ver. Roberto Robaina;
- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput*, c/c art. 82, *caput*, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 04-10-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 024/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Presidente, colegas vereadores, como fui a relatora da LDO, venho aqui para me manifestar sobre a importância dessa peça orçamentária para o Município de Porto Alegre, no qual ela traz a saúde financeira de Porto Alegre na sua redação, mostrando o compromisso do governo também em manter as contas equilibradas. Eu sei que muitos vereadores colocaram suas emendas, foi um total de mais de 70 emendas, muitas tiveram parecer negativo ou foram rejeitadas pela presente presidente. Acredito que todos aqui entendemos que diante da situação da LDO ser uma peça básica, uma primeira estrutura do orçamento, é importante darmos a liberdade para o Executivo definir as suas premissas básicas de execução, afinal, temos, no prefeito eleito pela maioria também, a liberdade de dar o seu primeiro passo no que será a política pública de 2024. Por isso aqui coloquei algumas ressalvas na LDO, nas emendas dos vereadores. Sei que tem vereadores de todos os campos políticos, Presidente, que vieram me criticar, mas eu entendo que a premissa da LDO é dar a liberdade de gestão para a Prefeitura eleita. Entendo também a importância das emendas parlamentares aqui impositivas, e que existem emendas aqui que sugerem que seja aumentado esse número, mas nós sabemos que nós somos 36 vereadores, nós sabemos a

dificuldade de execução das emendas, então a limitação que já se deu no ano de 2022, que está proposta no ano de 2023, e que está proposta agora na peça original do governo, é uma limitação para que fiquem 20 emendas impositivas por parlamentar e R\$ 20 mil por emenda. Eu entendo essa situação, coloco a importância das emendas para cada uma das entidades apoiadas e das políticas públicas apoiadas pelos vereadores, mas tendo em vista que o Executivo que irá executar, e ele coloca a importância dessa limitação, nada mais compete à presente relatora de não acolher e entender a importância que cada uma das emendas seja realmente executada, e se esse limite são 20 e são R\$ 20 mil, foi acolhido. Tenho certeza que o debate hoje no plenário se estenderá, esse será um item de muitas ressalvas, mas eu já coloco aqui o nosso parecer, que emendas impositivas devem servir como um subterfúgio dos vereadores colocarem algumas dotações orçamentárias aonde o Executivo não conseguiu chegar, mas não para que cada um de nós seja prefeito ou prefeita de Porto Alegre, para isso existirão as eleições de 2024. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h32min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h53min) Estão reabertos os trabalhos.

Quero dar as boas-vindas ao Felipe Henrique de Oliveira Lobato e André Lopes Gonçalves, ambos acolhidos hoje na Câmara Municipal. Sejam muito bem-vindos, novos servidores, a esta Casa. Parabéns! Muito obrigado.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLE n^o 024/23.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezados colegas vereadores, vereadoras, cumprimentando o nosso Presidente Ver. Sossmeier, cumprimento cada um e cada uma, quem está nos assistindo pela TVCâmara e quem está aqui no plenário, uma satisfação e um abraço. Eu gostaria de fazer essa fala aqui, quando estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dialogar principalmente com a base do governo, que é maioria aqui nesta Casa, e dizer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que trata de todas as orientações do Orçamento, que passa de R\$ 11 bilhões, na capital de Porto Alegre, e falo para o meu amigo, vereador da minha comunidade lá de Belém Novo, do Extremo-Sul, Gilson Padeiro, que me cobrou ontem aqui que eu tenho que falar na frente do prefeito. Então, eu quero falar para todos que tem que ter na Lei de Diretriz Orçamentária, meus colegas vereadores, o recurso de investimento que vai ser destinado para o Orçamento Participativo. Hoje é destinado para o Orçamento Participativo R\$ 20 milhões, para discutir investimento em toda cidade – isso é insignificante. Isso é um processo que é de enganação à população que vai à plenária do Orçamento Participativo. E nós estávamos juntos, eu me refiro ao meu colega Gilson Padeiro, vereador lá do

Extremo-Sul, Schirmer, estávamos junto lá e disse isso ao prefeito Sebastião Melo. Destinar R\$ 20 milhões, num orçamento de R\$ 11,5 bilhões, para as comunidades decidir onde investir, Ver. Cecchim, é uma enganação orçamentária. Não se resolve nada, porque as demandas são imensas e principalmente as demandas da periferia. A nossa região tem muitas comunidades que não têm água ainda do DMAE, tem muitas comunidades que, a grande maioria delas do Extremo-Sul, ainda são estradas; não tem uma equipe suficiente para atender tudo. O subprefeito lá da região – debatemos muito com ele lá – recebe cobrança de todo mundo, mas não consegue dar conta do recado com os recursos que tem, se nós não resolvemos as infraestruturas. E colocar R\$ 20 milhões no Orçamento Participativo dará R\$ 700 mil por região. Com R\$ 700 mil, Ver.^a Lourdes, dá para pavimentar uma quadra da cidade! Então é um problemaço!

Ao mesmo tempo, quero dizer o seguinte: os serviços da cidade – seria importantíssimo que o líder do governo viesse aqui à tribuna para fazer uma prestação de contas do orçamento que foi aprovado nesta Casa, no ano passado, para saber quanto realmente foi investido. Porque é inconcebível serviços de obras de infraestrutura, como é o caso da Coronel Marcos, que tem um buraco aberto do DMAE há três meses e não fecham, e o trânsito engarrafa nos dois sentidos, nos sentidos bairro/centro e centro/bairro, e não resolvem isso! Isso é um problema de gestão de fiscalização. Se faltam profissionais, vamos abrir o concurso público para contratar funcionários qualificados para fazerem a gestão da cidade de Porto Alegre. Porque um orçamento de quase R\$ 12 bilhões de arrecadação tem que ser melhor gerido. Então, quero aqui trazer esse debate neste momento em que considero - a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a aprovação do Orçamento - um dos principais projetos de lei que nós temos que discutir; discutir conceito e depois verificar a sua aprovação. Há muitos vereadores e vereadoras aqui que já foram secretários e sabem que se não destinar os recursos, se não tiver projeto e programa e uma prestação de contas... Nós gostaríamos, Sr. Presidente, de fazer um requerimento aqui, que o senhor peça ao prefeito para que apresente a esta Casa a aplicação do Orçamento de 22, que foi votado em 22, que está sendo aplicado em 23, para sabermos o quanto foi realizado. Senão, nós vamos discutir tudo de novo, novo orçamento, e nós anunciamos que são R\$ 12 bilhões de arrecadação, mas quanto foi executado? Quanto foi executado? Eu duvido que tenha um vereador aqui, neste momento, que saiba quanto, onde e por que foi executado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 024/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente da Casa, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras, público que está aqui acompanhando a nossa sessão nesta tarde, cidadãos e cidadãs. Hoje, à tarde, nós vamos votar a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, por incrível que pareça, foram apresentadas 73 emendas, das quais muitas serão destacadas. Eu queria fazer aqui alguma manifestação sobre duas emendas que eu acho de extrema importância, uma delas trata

da reposição salarial do servidor público. Ali atrás, no governo Marchezan, infelizmente, o governo que perdeu em seguida, depois, para prefeito, nem deputado se elegeu, porque não tinha uma relação nem com o servidor e nem mesmo com a sociedade, e foi por isso que recebeu o recado das urnas. Depois, com o novo governo, o atual governo não quis encampar a ideia das perdas salariais ao longo dos quatro anos. E, nesses quatro anos, os municipais perderam mais de 20% – mais de 20%. Agora se discute e se faz uma emenda – a Emenda nº 72 –, apresentada pela oposição, que faz um resgate da ideia de reposição salarial pela inflação, que é o mínimo que todo mundo possa dar, abrindo um diálogo com o Executivo, que é o que todos os Executivos, no mínimo, podem fazer. Então, eu queria pedir aqui a sensibilidade dos colegas vereadores e vereadoras para que a gente aprove esta emenda, autorizando o governo municipal a dar, no mínimo, a inflação do ano, que neste momento, se eu não me engano, já está em cinco ponto alguma coisa, não chega nem a 6% – o ano passado chegou a mais de 10%. Esse é o mínimo do mínimo, creio eu, que não só o servidor público, como os trabalhadores da iniciativa privada, que não é o caso aqui, podem receber.

Por um outro lado, nós sabemos, quem participou do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre deste ano, nós aprovamos, no ano passado, uma emenda do governo, um recurso de R\$ 15 milhões para Orçamento Participativo – R\$ 15 milhões para o Orçamento Participativo, eu acho que é um deboche com a população. Não se trata, é claro, de nós aprovarmos aqui valores, mas diretrizes. Para os senhores terem uma ideia, lá no governo da Frente Popular, do governo Tarso Genro, por exemplo, eu podia pegar aqui dois governos: governo Tarso Genro e governo José Fogaça – que, na época, era do PPS, depois voltou para o MDB. Lá no governo Tarso Genro, foram direcionados mais de R\$ 300 milhões, e olha que faz mais de 20 anos, para o OP, porque no OP se discutem regionalmente as obras que são prioritárias para aquela região, se é o posto saúde, se é uma creche, se é a pavimentação, se é o saneamento básico, e R\$ 15 milhões foi um deboche do atual governo em relação ao ano passado. Eu espero que neste ano o governo faça uma correção significativa; o governo, que hoje é identificado como situação, do MDB, não pode ter tamanha contradição, porque lá no passado o governo Fogaça colocou R\$ 240 milhões, e o atual governo do MDB, numa composição ampla, colocou R\$ 15 milhões! Portanto é preciso reavaliar, do ponto de vista político, aquilo que quer, junto com a comunidade, e viabilizar, com a participação dos cidadãos e cidadãs. Por isso é importante não só as diretrizes orçamentárias, mas que elas sejam casadas com as emendas ou com orçamento que virá, agora no próximo mês, que deve ultrapassar os R\$ 10 bilhões para Porto Alegre. São esses os apelos, como tantos outros, de construção de creches, de postos de saúde, quem sabe lá de um hospital público para Porto Alegre, ninguém mais fala em construir hospitais, lamentavelmente, nem mesmo na Atenção Básica se faz a reposição dos servidores, por isso os apelos são constantes aqui nesta tribuna e em todas as reuniões e movimentos que fazemos. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 024/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos fazendo uma das votações mais importantes da Câmara hoje. Primeiro eu queria cumprimentar a relatora, a Ver.^a Mari Pimentel, pelo relatório. Ver.^a Biga Pereira, conversei com o Ver. Aldacir Oliboni, não tinha conversado com a senhora e com os demais vereadores, mas quero dizer que estamos fazendo uma subemenda na emenda do Ver. João Bosco Vaz, que estabelece a liberdade nas emendas para a saúde dentro de um valor de R\$ 20 mil. Então, podem ser 80 emendas de R\$ 20 mil, que dá R\$ 1,6 milhão, o que fica mais livre numa área importante da cidade que é a saúde. Eu queria pedir para os líderes... Ver. Robaina, estamos falando de uma emenda que é para a saúde. O Ver. João Bosco Vaz está fazendo um limite, mas liberando na parte da saúde, só limitando o valor de R\$ 20 mil em cada emenda. Eu acho que isso dá mais liberdade para todos nós que estamos preocupados com a saúde. Então eu queria pedir para nós assinarmos em conjunto essa subemenda, que a Ver.^a Mari já deve estar correndo aí, que eu acho que isso fica bem para todos nós. Está bem?! Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 024/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate e sabe da importância das políticas públicas. O orçamento da Prefeitura é de cerca de R\$ 11 bilhões. É muito dinheiro! Mas a gente sabe que o dinheiro sozinho não se transforma em direito à educação, à saúde, ao saneamento, à habitação, à assistência social, enfim, a tudo aquilo que é nevrálgico para a vida na cidade ser a melhor possível, principalmente para os mais vulneráveis. Daí então eu trago aqui para o debate que nós precisamos valorizar as pessoas que fazem acontecer. Vejamos as escolas; quem de fato garante o direito à educação se não são os trabalhadores em educação, monitoras, professoras, funcionários, e, para isso, nós precisamos valorizar os quadros. A mesma coisa na saúde; o técnico de enfermagem é quem ao cabo vai fazer a campanha de vacinação acontecer. Eu vejo aqui o João, vejo aqui o Marco, dois técnicos que fazem um trabalho esplendoroso no Município. Mas, aí, se a gente não paga o piso, como é que fica? Então nós temos que falar de valorização. Hoje é o dia dos agentes de saúde, dos de endemia, dos agentes comunitários, e nós precisamos que o que aconteceu lá no passado, tiraram 11 meses de vale-alimentação deles, isso precisa voltar. Então a gente está propondo aqui emendas para que os direitos sejam restituídos. Outro debate importante para os agentes; eu vejo aqui a Cindi, do Simpa, os agentes têm que receber, Cindi, o grau máximo de insalubridade. Isso é fundamental! Não é possível, nos postos de saúde, eles vão e caminham pelas comunidades, eles produzem a Atenção Primária à Saúde, de fato, junto aos demais. É equipe multiprofissional, não é só o médico. Então, nós temos que repensar como a gente faz a política de valorização, por isso vai ser importantíssimo que a gente garanta, no orçamento, que tenha, de fato, a reposição das perdas históricas

salariais de tantas e tantos trabalhadores, e posso discorrer também sobre, Presidente Hamilton, os engenheiros e os arquitetos.

Há muito tempo, gente, as pessoas dedicam o seu conhecimento a garantir que tudo isso que está de pé na cidade de fato tenha sido por obras bem acompanhadas, bem desenvolvidas, com alguém que conhece. A gente precisa valorizar esses servidores, nós temos emendas nessa linha para que, de fato, essa máquina humana seja potencializada. Não adianta achar que é só dinheiro para a pasta da saúde, da educação. É preciso valorização pecuniária das pessoas, de carne e osso, que têm conta para pagar, que estão aí com uma defasagem salarial de 25%, é perda salarial.

Nós precisamos começar a desmobilizar essas perdas, a desconstruir essa agressão que existe aos salários de quem produz as políticas públicas. Então, eu quero pedir aos colegas aqui a sensibilidade, que a gente comece, de uma vez por todas, a derrotar a injustiça; e a injustiça começa quando a gente não paga o que está na Lei Orgânica, que diz: reposição inflacionária. Então, eu quero pedir a sensibilidade dos colegas, que a gente possa apoiar, até porque, este ano, os secretários foram apoiados. Eles receberam o aumento de R\$ 14 mil para R\$ 19 mil de salário, mas os servidores da Prefeitura, e inclusive os cargos comissionados, não. Nem os cargos comissionados.

Então, a gente precisa pensar o todo e não só algumas árvores dessa floresta, só as árvores que a gente quer. Eu quero pedir aqui o apoio de vocês todas e todos para que a gente valorize os servidores públicos, porque assim nós vamos estar valorizando quem? O serviço público de qualidade, social, porque não é qualquer serviço. Nós temos visto aí alguns serviços de umas empresas que olha, é de “cair os butiá do bolso”, como diz no linguajar popular. É uma tragédia, trabalho precário, mal estruturado, pessoas mal remuneradas, vou dar só um exemplo: CEEE Equatorial, nunca antes, Ver. Gilson, no Rio Grande do Sul, morreu tanta gente fazendo elétrica nos postes, porque a Equatorial nem treinamento está dando. E esse é o desrespeito que muitas empresas fazem, e que a gente não consegue dar conta de fiscalizar pormenorizadamente. Por isso, que a gente tem que apoiar, Presidente, os trabalhadores de carreira, e é por isso que eu falo aqui que neste orçamento de 2024 a gente olhe com atenção, com acuidade para apoiar quem apoia o povo de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 024/23.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, cumprimentando Vossa Excelência, cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público quem nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Primeiramente, quero me justificar, Presidente, estamos aqui com a gravata rosa e o senhor também está identificado com o Outubro Rosa, que é uma questão tão relevante e tão importante; essa doença maldita, que é o câncer de mama. Precisamos conscientizar as nossas mulheres para fazerem o exame, se tocarem, pois é muito importante a prevenção; às vezes é na prevenção que a gente salva vidas. Então, fica aqui o nosso

toque, a Ver.^a Lourdes abriu o movimento, ontem estava toda de cor de rosa, está sempre na campanha, como as demais vereadoras, que acompanham esta mobilização em torno do Outubro Rosa. Aliás, acho que vamos inaugurar a iluminação da Câmara também cor de rosa, não é, Presidente? Quero dizer que realmente é muito importante e fundamental a prevenção.

Eu quero aqui me somar aos vereadores, e hoje a pauta é a LDO, mas em especial as questões que afetam as políticas públicas, a sequência do trabalho e a democratização do orçamento, Presidente, através das emendas impositivas dos vereadores. Eu acho que essa é uma ferramenta acertada, que o Legislativo, a partir de 2019 para 2020, passou a contribuir com as impressões e com as iniciativas dos vereadores para uma parte percentual do orçamento, que não é muito, mas não importa. O que importa, é que o Poder Legislativo representa a totalidade dos votos da cidade, e a sensibilidade do vereador é a sensibilidade de quem está lá na ponta, no dia a dia, indo no supermercado, na farmácia, no posto de gasolina, pegando ônibus, pegando lotação, que vive o dia a dia da cidade, levando o filho na escola, na creche, no colégio, e as pessoas conversam com os vereadores. Então eu quero dizer que é muito relevante e muito importante que os vereadores e vereadoras desta Casa possam contribuir com o orçamento, Ver. Oliboni, dando, digamos assim, a sua opinião, e expressando, através das emendas impositivas, a sua contribuição para a destinação dos recursos, que são públicos. As pessoas pagam os seus impostos, e, através dos vereadores, nós temos, de certa forma, uma democratização da distribuição dos recursos para investimentos. E eu quero aqui, em nome da minha bancada, do PDT, composta por mim e pelo Ver. João Bosco Vaz, cumprimentar o Ver. João Bosco Vaz, que de maneira acertada libera as emendas da área da saúde. Não há que se falar em limitação do número de emendas porque a saúde tem pressa, as pessoas têm pressa, Ver. Hamilton, e a gente sabe que esta é uma luta infinita, porque os problemas são recorrentes. Ano passado, com a limitação de 20 emendas, eu acabei fazendo só duas emendas para a saúde; eu fiz uma emenda para o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e destinei o recurso para auxiliar nas despesas recorrentes do Teste do Pezinho, Ver. Ferronato, porque tem um projeto de lei que determina a ampliação do espectro de doenças que podem ser detectáveis quando do Teste do Pezinho; hoje são só seis, poderiam ser 50, mas se melhorar para oito, para nove, para 10, já ajuda. Fiz uma emenda de R\$ 400 mil, e a outra emenda de R\$ 300 mil fiz para o Hospital Vila Nova, que é 100% SUS, mas queria ter feito para a Restinga, queria ter feito para a Santa Casa, queria ter feito para o HPS, mas só tinha 20, as outras 18 eu acabei destinando para o padre Ceron, da Restinga, para outras entidades, como o Lar Santo Antônio dos Excepcionais, que trata de crianças neurolesionadas, com lesão severa ou profunda. Destinei emenda para a SPAAN, causa do idoso, uma obra de Rotary Club, administrada por rotarianos. Então, entre tantas outras emendas ali, acabaram consumindo 18 das minhas emendas; então, qual é a ideia do Ver. João Bosco Vaz? Por que acho que ela é acertada, Ver. José Freitas? São 20 emendas, e as da saúde são livres. A saúde, cada vereador... Claro, com limitador, no mínimo R\$ 20 mil; mas, se eu quiser fazer dez emendas de R\$ 70 mil, vou fazer, não vou ficar limitado a mandar uma emenda para o

materno-infantil, uma emenda só para o Vila Nova, fazer só duas emendas; quero fazer dez. E o Instituto do Câncer Infantil? E tantas outras situações que envolvem a área da saúde, não é, Ver. Gilson Padeiro? Então, assim, sim à emenda; 20 emendas para questão social, e emendas liberadas na área da saúde, com valor mínimo de R\$ 20 mil. Estamos de acordo, encaminhando favoravelmente a emenda do vereador, vamos aprovar, se possível hoje, a LDO, porque é muito importante essa pauta para cidade. Pela atenção, vereador, muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 024/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, saudar as vereadoras, vereadores; este é um momento realmente importante, por isso a democracia. Nós temos, às vezes, em alguns pontos, divergências, que faz parte da democracia. Imagina se nós todos aqui fossem, Presidente, no mesmo caminho, todo mundo aceitando. Não, o debate é muito importante. A LDO é importante, traça as diretrizes para um projeto de realização efetiva. Eu concordo com o Ver. Engº Comassetto, tem que efetivar o orçamento; muitas vezes não é efetivado, mas por várias razões. Mas eu quero divergir do Ver. Comassetto sobre o OP. O OP, a ideia dele é boa, já disse aqui. Muito boa, mas quem não conhece a política e vai lá nas eleições do OP se apavora. Por exemplo, quando começa o OP, tem eleição, tem 300 pessoas, mas, quando vão decidir sobre as questões, junto com o prefeito, não tem 50 pessoas, Ver. Conceição. As pessoas vão para votar, mas não vão para ouvir e reivindicar, com o prefeito, as questões cruciais do seu bairro, ou seja, se tornou um quadro eleitoral, ideológico. Perdeu a sua identidade. Na realidade, o OP é o OP, e a Câmara de Vereadores é a Câmara de Vereadores. O OP não tem direito de votar as leis de diretrizes orçamentárias; pode ajudar. O Ver. Comassetto traz aqui que no bairro tem o problema do DMAE, problema disso... Olha, quem sabe o OP seria muito mais efetivo, olhando em toda a sua comunidade os problemas do dia a dia, encaminhando aos vereadores, encaminhando à Prefeitura para que possam resolver essas questões. Mas não. Eu me lembro bem de que quando nós nos elegemos aqui, o OP queria ser mais importante que a Câmara de Vereadores, queria decidir. Na realidade, não tem esse poder. Tem o poder de solicitar as demandas da sua região. Às vezes, erram, como é natural: escolhe uma coisa e isso não é executado, porque não tem ou não está no orçamento ou não é aprovado. Então, na realidade, o OP teve lá atrás um significado bom, mas o próprio PT, a própria esquerda, terminou com o OP. Não consolidou aquelas obras. Eu vou repetir, fui secretário de obras. O BID não mandava mais dinheiro para Porto Alegre, porque a Prefeitura não fazia a contrapartida de 30%. A Prefeitura em que o PT terminou estava quase quebrando. O BID suspendeu os empréstimos para concluir a 3ª Perimetral, conseqüentemente, atingiu o OP, porque dali saía o dinheiro também para as obras do OP, já que o dólar estava lá em cima, ou seja, tinha uma valorização muito grande, que ajudava a fazer algumas obras do OP. Então, na realidade, o OP existe, mas ele não tem mais o conceito e não executa mais

aquilo que era o seu objetivo fundamental: as obras da sua região, do seu bairro. Não tem o poder, tem muita politicagem, muita ideologia; e eles não querem nem ouvir o prefeito, nem ouvir vereador, não querem ouvir ninguém, eles só vão para votar lá na sua demanda, mas não ficam para escutar. Perdeu o conteúdo, perdeu a coerência, perdeu a história de uma boa oportunidade de debater. É, portanto, o OP um colégio eleitoral, ideológico, que prejudica no fundo a eles mesmos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 024/23.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Hamilton, colegas vereadores, público que nos assiste, eu havia destacado a primeira emenda, de minha autoria, que estava alterando de 20 emendas para até 30 emendas; porém, tem a Emenda nº 04, do Ver. João Bosco, que é melhor ainda que a minha. A dele limita em 20 emendas; porém, deixa ilimitado em relação à saúde. E eu vejo com bons olhos, por quê? Porque a maioria das minhas emendas eu sempre direciono para a saúde. Tenho visitado, tenho uma meta de visitar todos os postos de saúde de Porto Alegre, até mesmo para saber as necessidades; e tenho direcionado muitas emendas aos postos da Cruzeiro, Restinga, Camaquã, Santo Alfredo, Partenon. A gente sabe da necessidade, porque a Prefeitura não tem perna para tudo, e as nossas emendas... Normalmente, conversando com os dirigentes dos postos de saúde, eles sempre mostram para nós qual é a maior necessidade do posto. O Álvaro Difini, lá na Restinga, o Ernesto Araújo também no Morro da Cruz, são postos que precisam de uma melhoria, e com essa emenda do Ver. João Bosco nós podemos contemplar esses postos de saúde, e quem vai ganhar lá na ponta é justamente o nosso povo de Porto Alegre, sendo melhor atendido na saúde. Então com essa liberdade das emendas ilimitadas em relação à saúde, presidente, nós poderemos contemplar muitos postos de saúde, e quem vai ganhar com isso vai ser o cidadão de Porto Alegre. Então eu encaminho aqui para os colegas votarem contra a Emenda nº 01, e nós vamos estar votando favoráveis à Emenda nº 04, de autoria do Ver. João Bosco, e todos nós vamos ganhar com isso. Um abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Suspendemos a sessão por dois minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h29min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h40min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição, solicitando que as Emendas nºs 01, 04 e 05 ao PLE nº 024/23 sejam votadas em destaque.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando que a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 024/23 seja votada em destaque.

Apregoo requerimento da Ver.^a Biga Pereira, solicitando que as Emendas nºs 07 a 09, 12 a 18, 25 e 27 ao PLE nº 024/23 sejam votadas em destaque.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, solicitando que as Emendas nºs 21 a 24 ao PLE nº 024/23 sejam votadas em destaque.

Apregoo requerimento de Ver. Giovani Culau e Coletivo, solicitando que as Emendas nºs 55 a 58 ao PLE nº 024/23 sejam votadas em destaque.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando que as Emendas nºs 72 e 73 ao PLE nº 024/23 sejam votadas em destaque.

Apregoo Termo de Anuência dos líderes de bancada, para ajuste no texto da Emenda nº 04 ao PLE nº 024/23.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando a retirada do pedido de votação em destaque para a Emenda nº 26 ao PLE nº 024/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): O Ver. José Freitas entendeu, a luta dele é com pessoas com mais idade, com doenças, então nós vamos votar na emenda do Ver. João Bosco Vaz, por isso a do Ver. José Freitas nós vamos rejeitar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Os Srs. Vereadores que a rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA** a Emenda nº 01 ao PLE nº 024/23.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht.

Em votação o Termo de Anuência, alterando a Emenda nº 04 ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta emenda é uma alteração do que já foi aprovado nesta Casa, de 80 mil castrações, que deixam de nascer em torno de 2,5 milhões de animais, nascimentos que resultam em abandonos, doenças e maus-tratos, envolvendo vários setores públicos para este combate. Então, nós ajustamos para 100 mil castrações para serem realizadas em 2024 e 2025, é apenas um ajuste. E temos o apoio, sim, do Gabinete da Causa Animal, do próprio prefeito, que tem se empenhado muito na causa animal, neste combate de problemas que nós temos de toda ordem, resultando, como foi o caso

das Ilhas, onde foi necessário retirar mais de 100 animais, realizado pelo Município e socorristas. Então, seria isso, peço o apoio dos vereadores, menos animais na periferia, menos zoonoses para todos terem que enfrentar e menos sofrimento animal. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht e da Ver.^a Mari Pimentel.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, eu quero destacar aqui que a Emenda nº 07 e a Emenda nº 15 versam sobre duas propostas que nós fizemos aqui nesta Casa e que foram aprovadas. Aliás, a Emenda nº 07 foi sancionada pelo senhor, Ver. Hamilton Sossmeier, que trata sobre o nosso projeto Não é Não, Mulheres Seguras. E a outra é o projeto também aprovado por esta Casa, que trata da saúde mental das trabalhadoras e dos trabalhadores. Portanto, eu quero dizer que esta Casa deve ser criteriosa, mais responsável, ou seja, nós defendemos leis que provam, aprovam, têm correspondência com a vida, têm correspondência com a vida real das pessoas! E esse deve ser um compromisso não somente de quem propõe o projeto, mas um compromisso desta Casa Legislativa em seu todo, que aprova um projeto e encaminha para sanção sob pena de seu trabalho perder o sentido. Portanto eu apresentei esta emenda à LDO, que cria as diretrizes a partir de projetos já aprovados nesta Casa, portanto, eles não são estranhos ao PPA, são iniciativas necessárias para dar correspondência entre a lei, o que está na lei, e o que vai para a vida. Portanto eu peço a aprovação dessas duas emendas pelos vereadores e vereadoras desta Casa. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária da Ver.^a Mari Pimentel, do Ver. Tiago Albrecht e do Ver. Ramiro Rosário.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Nesta emenda da regularização fundiária o governo vota “não”, a Emenda nº 08.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Já votou! Isso aqui não é brincadeira! Já votou.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não, não foi dado ainda a finalização.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): O Executivo vir aqui assim fazer...

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 024/23, já que a votação foi simbólica.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereadora, quando a votação é simbólica o Regimento prevê a possibilidade de, antes da votação da emenda subsequente, ser solicitada a verificação nominal da votação simbólica, depois de votar, só não pode votar a próxima.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Alerto os colegas vereadores que, como temos muitas, repito, muitas emendas destacadas, que os vereadores fiquem bem atentos com relação às emendas e aos votos; peçam ajudas às suas assessorias, porque, nessa quantidade, os vereadores podem se passar aqui.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, eu gostaria de chamar atenção das vereadoras e dos vereadores de que muito das emendas que eu fiz à LDO, de 2024, elas têm o objetivo de incluir as mulheres no orçamento público de Porto Alegre. Esse é o motivo das principais emendas que eu ofereço à análise desta Casa, são emendas destinadas a promover os espaços de geração de emprego e de renda para as mulheres; de fomento aos pequenos negócios dirigidos por mulheres que estão na informalidade, que vivem em condições de trabalho precárias, que têm dificuldade em sustentar a si e a sua família, e ainda assim, criam produtos e serviços em suas comunidades de forma criativa sem nenhum apoio público. Chamo atenção de que, de acordo com o PNAD, do IBGE, no segundo semestre de 2023, Porto Alegre conta, Ver.^a Mari, que gosta de números, com 670 mil mulheres em idade ativa; destas, 40,75 % estão fora da força de trabalho formal. O argumento usado para rejeição às emendas que são estranhas ao PPA e que é um argumento descabido. Na verdade, é descabido até mesmo para os defensores da economia liberal, Ver.^a Mari, até para vocês é descabido

esse parecer que vocês, na CEFOR, encaminharam. Esta emenda não é estranha ao PPA, propor políticas públicas, programas concretos e diretrizes para uma cidade desenvolvida, que toma iniciativas, que gera empregos, renda e qualidade para tirar da pobreza a população que mais precisa das instituições públicas. São estas iniciativas que podem auxiliar na dinamização da economia local, gerar demanda, incentivar o comércio, produzir bens e serviços. Portanto, estabelecer diretrizes da LDO e chamo a atenção, vereadores e vereadoras, de o que nós estamos fazendo aqui é estabelecer diretrizes na LDO de fomento à economia, incluir quem já produz sem o menor apoio e mais precisa é a função do orçamento público. Eu pergunto, Ver. Cecchim: as mulheres não cabem no orçamento da Prefeitura de Porto Alegre? Eu espero que os vereadores e as vereadoras pensem nisso e que aprovem a nossa emenda fornecida aqui neste momento. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que as Emendas nºs 15 e 56, destacadas, ao PLE nº 024/23 sejam votadas em um bloco, que temos orientação de voto favorável. E um outro bloco formado pelas Emendas nºs 13, 14, 16, 17, 18, 21 a 25, 27, 55, 57, 58, 72 e 73, destacadas, ao PLE nº 024/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto se há acordo dos líderes para os blocos acima referidos?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): A Ver.^a Biga Pereira quer retirar a Emenda nº 13 ao PLE nº 024/23 do bloco geral, porque ela quer encaminhar; para as outras há seu acordo em colocar no bloco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estamos consultando as senhoras e os senhores líderes para formação do bloco composto pelas Emendas nºs 15 e 56, destacadas, ao PLE nº 024/23. (Pausa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando a formação do bloco composto pelas Emendas nº 15 e 56, destacadas, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 15 e 56, destacadas, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Para a formação do bloco das Emendas nºs 14,16, 17, 18, 21 a 25, 27, 55, 57, 58, 72 e 73, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, não há acordo.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu caro Presidente, fiz as contas e são 15 emendas, e para votar em bloco, nós precisamos da aprovação dos líderes de todos os partidos. Eu acredito que aqueles vereadores líderes que são contra a formação do bloco devem ter alguma posição contrária ou a favor de alguma emenda, portanto, imploro o seguinte: que esses vereadores proponham a retirada do bloco das emendas que eles não estão de acordo, e que se mantenha a votação de um bloco mínimo que seja. É isso aí, porque não acredito que eles são contra todo o processo das 15 emendas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.)

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não houve acordo para a formação do bloco.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Mas se a bancada do PSOL retirar, me parece, as Emendas nºs 72 e 73, nós retiramos essas do bloco e fazemos um bloco com as demais.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Estão suspensos os trabalhos para vermos se há acordo ou não.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h13min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h18min) Estão reabertos os trabalhos. Passo a palavra ao Diretor Legislativo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Senhores e senhoras líderes, tendo em vista as negociações efetuadas, consultamos as senhoras e os senhores líderes para a formação de um bloco com as Emendas apostas ao PLE nº 024/23 de nºs 14, 16, 17 e 18, de autoria da Ver.^a Biga Pereira; nºs 21, 22, 23, 24, de autoria da Ver.^a Karen Santos; nºs 25 e 27 de autoria da Ver.^a Biga Pereira; nºs 55, 57 e 58, de autoria do Ver. Giovane Byl. Consultamos se há acordo. (Pausa.)

Vereadora Karen Santos (PSOL): Vocês estão organizando as emendas que estão sendo prejudicadas por aquelas que já foram votadas? Porque as nossas, desse bloco, as Emendas nºs 21 e 22, com a aprovação da emenda do Bosco, ficaram prejudicadas. Então, acredito que elas não iriam para votação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Só um minutinho, Ver.^a Karen. A Diretoria Legislativa está analisando aqui.

(Manifestações fora do microfone.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a formação do bloco composto pelas Emendas nºs 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57 e 58, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 73, destacada, ao PLCE nº 024/23. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, nós estávamos discutindo a formação de blocos para a votação das emendas. Nós, do PSOL, não demos acordo para a formação de blocos, porque nós tivemos, no caso, duas emendas que nós consideramos fundamentais para aprovar. Eu e o Prof. Alex estávamos aqui – Prof. Alex, me corrige se eu tiver equivocado –, mas nós estivemos aqui justamente acompanhando a votação, mas centrando em dois temas, a nossa preocupação em relação à votação do dia de hoje. O primeiro tema que nos preocupa e que nós não aceitamos, Assis – Assis, o pessoal não ouve daí, com esse paredão que o Cecchim fez, não dá para escutar; Cecchim, o paredão, este de vidro, pessoal não escuta do outro lado quando a gente fala –, é que nós separamos a votação sobre o reajuste dos servidores e nós separamos também sobre a questão do IPTU, eu quero explicar isso. Colocando para o governo uma demanda, e nisso o líder do governo, Cecchim, deu acordo, em que o governo pelo menos escolhesse uma proposta nossa para aprovar, e a outra proposta os vereadores e vereadoras vão votar de acordo com o seu ponto de vista. Nós queremos aprovar as duas, apelamos para o governo aprovar as duas, o governo igual se comprometeu com o IPTU, apenas. Eu espero que vote também na necessidade de os servidores terem direito ao reajuste.

A proposta do IPTU, que é o objeto desta emenda, basicamente concede à Câmara de Vereadores o direito de ter uma política tributária em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana. Agora mesmo, nesta Legislatura, eu apresentei uma proposta de isenção do IPTU quando nós tivermos situações de tragédia como a que ocorreu nesses dias, com a enchente nas ruas de Porto Alegre. Eu considero uma política básica, tributária necessária, se fosse aprovado o plano tal como está a Câmara de Vereadores não poderia fazer política tributária em relação ao IPTU, e eu acredito que isso seria um retrocesso porque hoje isso é possível. Então nós queremos que seja aprovada essa emenda, felizmente o líder do governo deu acordo em aprovar essa emenda, de tal forma que o Legislativo Municipal vai manter a sua capacidade de fazer minimamente alguma política tributária. A outra emenda que nós vamos discutir separado, mas infelizmente ainda nós não temos o acordo do governo, é a que garante o reajuste dos servidores, mas eu espero que não seja simplesmente os vereadores e

vereadoras da oposição, porque eu acho que todos da Câmara de Vereadores devem ter o interesse de que o reajuste aos servidores seja permitido, porque aqui – o Guilherme me corrige se eu estiver errado -, nós não estamos votando quanto vai ser o reajuste, nós estamos votando o direito de ter o reajuste. É um direito muito básico. É óbvio que é uma discussão, é a próxima emenda, esta emenda que eu estou defendendo tem o compromisso do governo de ser aprovada. Eu agradeço, inclusive ao governo, porque o governo tem a maioria aqui na Câmara, se ele não aceita é muito difícil aprovar determinada emenda. Eu considero que para Porto Alegre, para as pessoas mais necessitadas, para as pessoas que sofreram com as enchentes, nós, da Câmara de Vereadores, termos condições de ter política tributária que faça o mínimo de justiça, como é esta proposta de isenção, que eu apresentei, não é o que nós vamos aprovar agora. Mas se nós não aprovarmos essa emenda, a Câmara perde o direito de fazer políticas tributárias, fazer justiça tributária, e eu creio que seria perder uma autonomia do Legislativo muito grave. Então, a proposta concreta é a aprovação do direito do Legislativo de fazer política tributária em relação ao IPTU. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 73, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR JONAS REIS (TP): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate e principalmente os municipais e municipais e a direção do sindicato que está aqui, o Simpa: professor Assis, professora Cindi, professora Bete, o João Ezequiel, o Marco também do Cores Saúde, que procuraram esta Casa de vereadores para debater a importância de uma emenda que valorize os funcionários públicos. Nós, do Partido dos Trabalhadores, das trabalhadoras, o PT, entende, Ver. Cecchim, líder do governo, que nós não podemos deixar os funcionários públicos de fora da lei orçamentária, porque os funcionários públicos são os que desenvolvem as políticas de todas as áreas, de todos os setores. Não é só educação, saúde, é também o saneamento, tudo passa pelos servidores públicos. A própria implementação, Ver. Ramiro, do IPTU, que é o imposto maior do Município, passa por todos os setores. O IPTU se transforma em políticas públicas que são desenvolvidas por pessoas, por servidores, servidoras de carreira. Então, a gente considera, líder Cecchim, fundamental que essas servidoras, esses servidores estejam dentro do orçamento no bloco, este bloco constituído. Então, eu falo aqui como Partido dos Trabalhadores, Oliboni, Comassetto, que nós fizemos várias discussões e entendemos a importância de olhar para as professoras, olhar para os enfermeiros, para as assistentes sociais, para as monitoras, para os garis, para os técnicos de saneamento. Não é possível que a gente aceite uma peça orçamentária que as pessoas que constroem o dia a dia lá na ponta com a população não estejam colocadas com o olhar devido, com acuidade necessária. Então, líder Cecchim, eu peço que seja revisto esse debate sobre qual emenda vai constar no bloco para ser aprovada com orientação da liderança. Eu quero pedir a sua sensibilidade, como líder do governo, porque ela é a autorizativa, ela não é impositiva aos líderes do sindicato que aqui estão. Então eu também tinha uma emenda nesse sentido,

solicitada pelo sindicato, retirei para a gente unificar as assinaturas na emenda do Ver. Robaina para que a gente possa aqui fazer essa discussão. Então eu queria pedir essa sensibilidade do governo, porque é fundamental que os servidores públicos possam estar com a aprovação. Eu quero ver se a gente consegue, com unanimidade, Ver. Cecchim, com 36 votos desta Casa, garantir que os servidores possam estar, sim, sendo observados pela Lei Orçamentária. Então sem demérito algum aqui, sem agredir nenhuma outra iniciativa de todos os 36 vereadores, inclusive eu assinei blocos, e eu acho importantíssimo, votei emendas, mas eu não posso, como pessoa que defende o serviço público de qualidade, não trazer aqui a voz desses servidores que precisam de reconhecimento. É um gesto ao qual eu solicito reconhecimento ao governo para constar, não é impositivamente, mas é autorizativamente. Obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, só para fazer justiça, na hora nós estávamos fazendo os dois blocos e o Ver. Robaina pediu para não fazermos. Ele fez uma escolha, ele que pediu, com toda razão ele defendeu uma emenda e nós concordamos em aprovar, a Emenda nº 73, que estamos discutindo. Então o Ver. Robaina propôs isso.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, antes que o Robaina fale, eu gostaria de encaminhar a emenda, embora não possa encaminhar, é só um por bancada, mas eu queria reforçar aqui que o governo é pudesse reavaliar, do ponto de vista político. Eu tenho certeza absoluta que o governo não vai deixar de receber o servidor público e fazer uma negociação do índice inflacionário. E a Emenda nº 72 é autorizativa. Por que fazer uma escolha de um para o outro? Vamos aprovar as duas emendas, é um apelo que eu faço ao governo. Depois desta, nós vamos encaminhar a outra emenda.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Robaina, só para complementar, por favor. Nós fizemos um acordo em que nós vamos votar a nº 73, depois nós vamos votar o bloco, depois a nº 13 e, depois, a nº 72. Isso foi o acordado pelos líderes, e é o que nós vamos fazer.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, exatamente. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 73, destacada, ao PLE nº 024/23, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É muito importante que, sobretudo neste caso, os servidores saibam como funciona aqui, porque a Câmara tem uma dinâmica, e a gente precisa prestar atenção no que está ocorrendo. Se a gente não presta atenção no que está ocorrendo, passam coisas aqui, e, depois que passou, passou. Nós fizemos obstrução à hipótese de votar num bloco, isso que nós fizemos, porque tem que ter o acordo dos líderes. Eu e o Ver. Alex, que estávamos aqui, conversamos e não demos acordo. Ficaríamos aqui até amanhã, se fosse o caso, não teríamos problema. Só nós que colocamos esse tema, senão teria sido tudo já aprovado no pacote da rejeição.

Nós tiramos do pacote da rejeição as duas emendas, obviamente, nós não somos tolos para aceitar blocos que nós sabemos que o resultado final é a nossa derrota, nós não somos tolos de aceitar um bloco para perder. Nós, em primeiro lugar, separamos as duas emendas que são do nosso máximo interesse: servidores, que teria entrado no bloco, se nós não fizéssemos a obstrução dos blocos; e o tema do IPTU. E ainda, na negociação, poderia usar a palavra “exigimos”, mas eu vou usar uma palavra mais educada, “pedimos” que o governo, pelo menos, nos desse a garantia absoluta de que uma das nossas emendas seria aprovada, porque o governo tem maioria e o governo é que escolhe qual emenda vai aprovar, não nós. Se eu pudesse escolher, eu diria: escolham todas as nossas. O governo escolheu a que nós vamos aprovar agora, é a do IPTU. Eu espero que nós tenhamos os votos necessários para ter a aprovação dos servidores, e, quem sabe, o líder do governo, Ver. Cecchim, escute o apelo do Ver. Oliboni, para aprovar também a dos servidores, mas aí é uma questão... Porque eu concordo com o Oliboni: é autorizativa, é fácil aprovar. Não é difícil aprovar, é fácil aprovar. Agora, nós estamos numa luta de cada vez. E em uma luta de cada vez, essa do IPTU, felizmente, parece que ficou fácil, pelo que eu entendi, porque o governo tem a maioria dos votos. A dos servidores, espero que o governo escute o apelo que nós estamos fazendo, mas são duas votações. Depois, vai ter a votação do bloco; na votação do bloco, a gente já sabe o resultado, porque, quando há blocos, a gente já sabe o resultado. Em geral, nesse caso, se nós não fizéssemos a obstrução, o resultado seria a derrota de todas as emendas que nós propusemos. Quem sabe, agora, nós vencemos nesta e, oxalá, a gente vença também na questão dos servidores. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, só para ajudar o Ver. Roberto Robaina, o art. 52 já autoriza, no seu § 9º, a reposição do poder aquisitivo dos valores componentes da remuneração dos servidores municipais. Está garantido já.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito. A Ver. Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 73, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Líder do governo, Cecchim, se está garantindo, então, acredito que não vai ter indisposição do governo em votar a emenda e reafirmar aquilo que já está garantido, importante se ter o encaminhamento.

Sobre a discussão da Emenda nº 73, da política de IPTU, a importância de a gente ter, enquanto Câmara de Vereadores, mais controle das políticas que possam vir a beneficiar a população que está sendo atingida pelas calamidades. Essa é a intencionalidade dessa emenda.

E boa parte das emendas está sendo votada de forma extremamente atropelada, refletindo muito essa decisão do governo em inviabilizar a população no orçamento da cidade. Neste momento, estamos discutindo as diretrizes do orçamento e, na sequência, a gente tem o debate da LOA, da Lei Orçamentária Anual, que, com certeza,

pela experiência que eu tenho aqui dentro desta Câmara, também vai se dar de forma extremamente acelerada. E hoje, olhando só para as emendas impositivas, elas têm um valor muito maior do que aquilo que está sendo destinado para o Orçamento Participativo das comunidades. E no OP tem vários espaços de construção, de deliberação para decidir uma parte mínima do orçamento. Hoje tem muito mais poder concentrado na mão dos vereadores, a partir da política de emendas impositivas, que foi aprovado nesta Casa, em 2019. E eu acho que essa discussão da forma como é feita, esse ritual de criar bloco e acelerar todo esse processo limita, ainda mais, a possibilidade de a gente democratizar o orçamento da cidade. Eu estou me sentindo, novamente, mais um ano, extremamente incomodada por não conseguir debater a fundo as emendas para as mulheres, as emendas relacionadas à política de moradia, as emendas relacionadas à reposição dos servidores. Esses são debates profundos, isso deveria envolver mais tempo dentro desta Câmara de Vereadores, mas não há interesse do governo de democratizar o debate do orçamento da cidade, que é um debate extremamente importante, do que é feito dos R\$ 11 bilhões – pelo menos é o que estava previsto neste ano corrente –, quais são as prioridades do povo de Porto Alegre? Então, esta fala é para, sim, encaminhar positivamente a votação de termos mais controle em relação ao IPTU, para conseguir fazer a destinação, a Câmara de Vereadores poder ter mais autonomia nesses momentos de calamidade que o nosso povo vem enfrentando, mas registrar também esse incômodo com a forma, com o método de discussão, a forma acelerada de discussão, de negação de algumas discussões importantes e necessárias. Infelizmente a gente já sabe quais as emendas que vão ser aprovadas e as emendas que vão ser rejeitadas. A construção dos blocos reflete muito essa democracia extremamente limitada, porque inviabiliza até mesmo o debate, inviabiliza até mesmo a possibilidade da contradição, da discussão, de novas sínteses. A gente já sabe aquilo que vai ser aprovado, a gente já sabe aquilo que vai ser rejeitado e isso reflete muito essa forma de governar do governo Melo. É uma crítica. É uma crítica, é um desabafo. Novamente, há quatro anos estou vereadora dentro desta Câmara, um debate importantíssimo de orçamento, das diretrizes para o ano que vem, que está sendo feito desta forma.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 73, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Conforme acordo com o líder da oposição, nós vamos votar a favor da Emenda nº 73.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 14,16, 17, 18, 21 , 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57, 58, destacadas, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Na oportunidade em que ocupo a tribuna na tarde de hoje, preciso iniciar agradecendo ao plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre pela aprovação da Emenda nº 56, de nossa autoria, que apresenta à Lei de Diretrizes Orçamentárias o desafio de que Porto Alegre passe a ter uma casa de acolhimento para a população LGBTQIA+, que cotidianamente sofre com a violência, com negação do acesso aos serviços de saúde, de educação. E, esta emenda, sem dúvida alguma, é uma vitória não minha, mas, sim, da história de luta do movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre.

Feito esse registro, Presidente, eu subo a esta tribuna, porque no bloco constituído consta a Emenda nº 57 e a Emenda nº 58, e eu gostaria de pedir a esta Câmara de Vereadores que atentasse ao conteúdo dessas emendas. Uma delas, e eu sei que aqui na Câmara, e vejo aqui da tribuna representações do nosso movimento comunitário. Nós temos aqui, na tarde de hoje, a presidenta da UAMPA, o presidente da Fegamec, o presidente da Conam. Essas duas emendas têm o objetivo de valorizar, fortalecer e estimular o movimento comunitário da nossa cidade, de um lado, apontando a necessidade de devolver a sede da UAMPA em Porto Alegre. Imagino que o conjunto dos vereadores e vereadoras saibam que a União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA, até 2016, tinha uma sede no Mercado Público, e que, com a tragédia que Porto Alegre viveu com o incêndio no Mercado, desde lá, a UAMPA não conta com a sua sede. Sendo que a união de associações de moradores e moradoras tinha com a Prefeitura um acordo, um comodato, que garantia sua sede até 2022, o ano que passou. Por isso, independentemente do resultado da votação do bloco, ocupo esta tribuna, Ver. Idenir Cecchim, para que a Câmara de Vereadores se sensibilize com o desafio de que essa importante entidade representativa do Município volte a ter uma sede própria para organizar a sua luta, e a importância disso pôde ser vista nos últimos dias, porque as lideranças comunitárias de Porto Alegre foram fundamentais para enfrentar cada momento de dificuldade que Porto Alegre viveu. Quando as chuvas chegaram, quando ciclone atingiu a nossa cidade, foram as lideranças comunitárias que estiveram ao lado do povo de Porto Alegre para acolher, para prestar solidariedade, para orientar; muitas vezes, quando o poder público não chegou, as lideranças, as associações de moradores lá estavam. É por isso que volto a dizer e a afirmar que, independentemente do resultado da votação do bloco, esta Câmara apoiar a retomada de uma sede da UAMPA, assim como a aplicação daquilo que foi aprovado no PPA, que é a garantia de capacitação e formação para as lideranças comunitárias da nossa cidade, é muito importante.

Eu quero concluir, Presidente, registrando a presença aqui da Ângela Comunal, presidenta da UAMPA; do Valdemar, presidente da Fegamec; e do Getúlio Vargas, presidente da Conam, que são representações que falam em nome do conjunto das lideranças comunitárias espalhadas pela cidade inteira e que, dia e noite, lutam contra a fome e contra um conjunto de mazelas que atingem a periferia da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas destacadas nºs 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57, 58, destacadas, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, estava aqui ouvindo atentamente o Ver. Giovani Culau, também estive conversando com as lideranças comunitárias, essencialmente da UAMPA, porque as Emendas nºs 57 e 58 tratam do tema direcionado a UAMPA, e eu sou favorável. Eu concordo com o Ver. Culau quando ele diz que, na verdade, independentemente de resultado, nós vamos continuar trabalhando na busca de uma sede para a UAMPA, e acredito que a Câmara tem um papel relevante nesta parceria. Portanto, votemos o bloco e continuemos a luta pela busca da retomada da sede da UAMPA. É isso. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do bloco formado pelas Emendas nºs 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57, 58, destacadas, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias, eu agradeço aos meus companheiros de bancada, bancada do PSOL, nosso líder Ver. Pedro Ruas, meu colega Roberto Robaina e a Ver.^a Karen Santos pela oportunidade de encaminhar no nosso tempo. Senhoras e senhores, gostaria de esclarecer ao público que está acompanhando a nossa sessão pela TVCâmara que o que a gente está votando neste momento é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO. A LDO é um protocolo de intenções. A LDO não fixa valores e não determina obrigações para o governo, não determina. A LDO é um protocolo de intenções. O governo manda para a Casa Legislativa uma série de projetos e propostas para, na lei do orçamento que virá ainda a tramitar aqui neste plenário, a LOA, a lei do orçamento, é que vai destinar os recursos para diferentes áreas, projetos e programas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias abre apenas um leque de possibilidades para que a lei do orçamento direcione recursos.

Senhoras e senhores, eu não sou prefeito municipal dessa cidade e não sou integrante da base de governo, mas se uma série de contribuições que possam agregar a esse protocolo de intenções mais ações, na minha modesta opinião, isso poderia qualificar o governo, ampliando atividades, ampliando ações, ampliando programas. De certa forma, nós, da oposição, trabalhando para firmar mais e mais atividades, estamos tentando ajudar o Executivo de Porto Alegre, colocando ali, bom, vamos falar sobre feira do livro, vamos falar sobre a questão das mulheres, a questão de IPTU, a questão do salário do servidor. A gente está tentando contribuir para o governo, porque, quanto mais atividades forem elencadas neste protocolo de intenções, mais o governo tem ações para atuar, e, como diz o nome do poder instituído, Executivo é quem executa a política pública, é quem

coloca em prática. Eu não consigo compreender a objeção grande que alguns integrantes da base governista fazem com relação à rejeição de algumas emendas. Não é uma questão de ser a favor do governo, porque o governo está sofrendo um ataque; não existe ataque algum. As emendas para a LDO contribuem para ampliar a possibilidade de políticas públicas, que serão implementadas pelo prefeito e pelas suas secretarias.

Se eu fosse prefeito, eu acolheria todas, todas as emendas, porque quem vai aplicar é o prefeito. Se eu não tiver recursos para aplicá-las, se eu não tiver material humano para colocá-las em prática, infelizmente isso não sai do papel, mas o protocolo de intenções é qualificado pelas emendas propostas.

Portanto, eu peço a sensibilidade dos integrantes da base governista de poderem atuar em favor do governo que eles defendem. Quanto maior a quantidade de projetos, de propostas, mais se qualifica e amplia o leque de atuação do Executivo. A Casa da UAMPA é uma ótima proposta. Se não tiver recurso, se não tiver local, aí o Executivo diz: bom, para o ano que vem não dá, não tem. Mas aceitem a sugestão da emenda, aceitem! Isso qualifica, dá mais projetos, mais ideias, isso oxigena as possibilidades de atuação do governo da cidade de Porto Alegre. Eu deixo aqui a minha manifestação, pedindo o voto favorável para a acolhida, já que a LDO é um protocolo de intenções, não gera nenhum tipo de obrigação para o governo. Agradeço a atenção de todos e todas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mari Pimentel, o bloco composto pelas Emendas n^{os} 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 55, 57, 58, destacadas, ao PLE n^o 024/23. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Senhor Presidente, esse bloco é para ser rejeitado, conforme acordo com os líderes da oposição e da situação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda n^o 13, destacada, ao PLE n^o 024/23. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton, caros vereadores, vereadoras, esta emenda que eu apresento institui um programa, uma campanha educativa que dá conta dos resíduos sólidos, uma campanha para a educação, para o destino desses resíduos sólidos, para a coleta desses resíduos e para implementação, portanto. Nossa cidade vive uma crise do lixo. Eu mesma presidi uma reunião da CEFOR onde nós debatemos esse assunto, Ver. Robaina, Ver. Bosco, Ver. Ferronato, a Ver.^a Mari não estava naquela oportunidade, onde, inclusive, ali, os catadores, os recicladores nos trouxeram uma pauta importantíssima de conscientização de educação da nossa população. Embora estejamos todos vendo a propaganda do governo “A gente vive, a gente cuida”, um *slogan* que o governo Melo adotou, esse

slogan do prefeito não atinge a totalidade do público que foi indicado nesta emenda, uma vez que nós apresentamos especificamente como uma campanha de educação da destinação dos resíduos, uma campanha ampla, para todo o público, comunidade escolar, associações, entidades comunitárias, empresas, prédios, portanto, uma campanha massiva, nos mais diversos espaços da nossa cidade, dando informações sobre a questão ambiental que não chega de forma direcionada. Elaboramos essa emenda, inclusive, pensando em todas as situações da emergência climática que estamos vivendo. Tivemos, a partir desta reunião da CEFOR, este acordo de que promoveríamos projetos nesta direção, portanto, o que a gente apresenta aqui é uma questão educativa de como usar os resíduos sólidos para nossa comunidade, levando em consideração, repito, as situações da emergência climática. Era isso. Eu peço aos vereadores e às vereadoras que a gente aprove esta emenda que se trata, Ver.^a Cláudia, de uma campanha, não tem por que os vereadores rejeitem. É isso, muito obrigada.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa a tarde a todos. Casualmente estava conversando com uma visitante, a Vânia, da Lomba do Pinheiro, sobre este tema, antes de vir à tribuna, quando a vereadora veio falar da campanha de conscientização com relação à coleta de lixo e separação de resíduos sólidos. A gente sabe que o prefeito Melo, a cada palestra que ele dá, a cada apresentação que ele faz, no final ele fala sobre a importância da coleta e separação de resíduos sólidos, por quê? A gente tem esse problema da coleta automatizada, as pessoas colocam o lixo reciclável junto do lixo orgânico, dentro daqueles contêineres que nós vemos pela cidade que acaba fomentando que os moradores de rua, os catadores busquem aquele local para tentar pegar materiais de interesse econômico para fazer a venda e conseguir alguma subsistência. É uma reclamação que eu particularmente tenho com relação a isso é que na verdade hoje Porto Alegre, e não falo do prefeito, falo da cidade como um todo, não está preocupada com a reciclagem de fato, por quê? Porque nós reservamos a propriedade, entre aspas, do lixo para aquelas pequenas cooperativas que muitos de nós aqui, e não me incluo nessa, temos bastante relação na hora de fazer *lobby* para pedir voto. Para fomentar essas pequenas cooperativas – e algumas são merecedoras do trabalho, mas outras não são –, nós proibimos que empresas sérias possam fazer a coleta e a correta destinação desses resíduos, ganhando, sim, dinheiro por dar a correta destinação. As pessoas não se dão conta, mas lixo é dinheiro. Tem países como o Japão, por exemplo, onde falta lixo, porque é tão eficiente o processo de reciclagem lá, que eles precisam, por vezes, importar lixo de outro local, porque fazem ou a incineração para fazer a questão de energia termoeleétrica ou mesmo fazem tanta reciclagem que aproveitam praticamente cem por cento de todo o

lixo. No Brasil, por uma mesquinha de tentar reservar mercado para alguns grupos de amigos, nunca se atua de fato no problema. Vou dar um exemplo genérico citando o meu prédio. No meu prédio, não se pode destinar o lixo para quem melhor faz o trabalho de reciclagem, tem que destinar para aquele caminhão da cooperativa indicada pela Prefeitura. Eu acho que esse pessoal tem o direito de conseguir o seu sustento, mas, se o meu condomínio identificou que existe uma empresa que, por algum motivo ou contratual ou por não cobrar nada, é mais eficiente para fazer a coleta no meu condomínio, por que eu tenho que ser obrigado a dar o meu lixo ou o lixo do meu condomínio para essa empresa? Isso gera muito mais ineficiências do que eficiências. E, com isso, no longo prazo, acaba que em vez de ter mais reciclagem, tem menos reciclagem. Então, na questão de se preocupar com problemas de fato, a gente tem que pensar que toda lei que nós fazemos gera consequências e não necessariamente a consequência vai ser benéfica para o objetivo esperado. Esse é um bom exemplo: o lixo, por uma reserva de mercado, ao invés de ter maior percentual de coleta e reciclagem em Porto Alegre, acaba tendo um percentual menor. Obrigado.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, só para deixar para os pares que conversei com o nosso líder Cecchim. Não tenho objeção quanto a esta emenda. Os vereadores que se sentirem à vontade de votar poderão votar favoravelmente, até porque é uma campanha que já é feita pelo Executivo. É uma campanha em que todos os dias o prefeito Melo diz que a destinação tem que ser correta, que é importante para que a nossa cidade se mantenha limpa. Então está liberada a base para votar da forma que interessar.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 024/23, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer aqui ao Ver. Robaina, líder da oposição, por me conceder essa possibilidade de falar em nome da oposição. Não é sempre que tenho essa possibilidade, em razão de estar, neste momento, sem partido, então não tenho a liderança partidária para poder falar sobre temas livres e fico restrito, então, aos temas que são discutidos nesta Câmara.

Nós estamos votando a Lei Orçamentária, Ver. Cassiá, e estamos falando de R\$ 11 bilhões. O Ver. Comassetto, no início da sessão, perguntou quanto foi, efetivamente, executado, e o senhor também fez a mesma fala aqui. Nós sabemos que em torno de 20% a 30% somente do orçamento é executado. Nós estamos aqui na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como bem falou o Prof. Alex, do PSOL, seria o caso de o prefeito acolher para ter essa possibilidade, essa autorização desta Casa para depois, na Lei Orçamentária Anual, aí, sim, fazer os investimentos.

Eu, a primeira coisa que quero dizer, antes de entrar na emenda da Ver.^a Biga – e que bom a Ver.^a Cláudia Araújo libera a base do governo para votar, espero que a

favor, Ver.^a Cláudia –, é que, em um ano em que esta Câmara aprovou reajuste do prefeito, dos secretários e dos próprios vereadores e vereadoras, não aprovar a emenda que autoriza o pagamento do reajuste da inflação aos servidores e servidoras do Município é, no mínimo, constrangedor. É, no mínimo, constrangedor. E eu acho que hoje também se vive um processo educativo aqui nesta Câmara; porque, quando se votou, agora há pouco, o bloco das emendas, as 12 emendas que foram votadas, emendas da UAMPA, duas, e emendas dos vereadores, são praticamente vereadores da oposição: Ver.^a Biga, Ver.^a Biga, Ver.^a Biga, Ver.^a Karen Santos, Ver. Giovanni e Coletivo. Olhem que coincidência, todas as emendas da oposição, Ver. Comassetto, não digo todas, mas no bloco aqui, houve um acordo para rejeitar, e, por coincidência, todos são vereadores da oposição. Então fica difícil de contribuir para o debate em uma peça meramente autorizativa, e sabemos que é uma peça meramente autorizativa, e sabemos que é uma peça orçamentária que tem em mãos o Executivo, sabemos disso, ninguém quer aqui dar uma de prefeito, mas nessa independência e colaboração entre os poderes, o nosso sistema, sim, contribuições dos vereadores, não só algumas que foram acordadas, mas muitas outras poderiam ser acolhidas por esta Casa. Mas a emenda que estamos tratando, também da Ver.^a Biga, a quem eu parabeno, é uma emenda que trata de campanhas educativas na questão da reciclagem. Estamos falando de educação ambiental, principalmente. Agora, é muito difícil entender esse governo, porque o Melo, antes de ser prefeito, foi o vereador que aprovou nesta Casa a lei que proíbe a circulação das carroças e dos carrinhos. As carroças eu não quero entrar no debate, acho um tema mais complexo, mas a proibição da circulação dos carrinhos... No início do ano passado foram multados muitas das Kombi, porque muitos deixaram os seus carrinhos, as suas carroças e hoje têm Kombis, caminhõezinhos, e começaram a ser multados. Então que essa campanha que agora está sendo autorizada aqui e que alguns vereadores falaram que já é feita pela Prefeitura, ela seja realmente para valer. Não basta o prefeito, numa fala, dizer que as pessoas têm que separar corretamente o resíduo, pois essa fala tem uma criminalização da pobreza. Nós temos que admitir que a política dos contêineres não funcionou. Não funcionou, são pequenos mini lixões, e há uma fala de muitas pessoas, inclusive nesta Casa, criminalizando o catador por buscar ali dentro o resíduo. Se o resíduo está ali é porque foi indevidamente colocado, essa é a verdade! Então a política dos contêineres que já foi aplicada em outros países está saindo de cena, alguns países inclusive adotam uma coleta muito mais complexa: em determinado dia é o plástico, em determinado dia é o papel, em determinado dia é o vidro, e as pessoas se acostumam, sim. Então precisamos dar um choque de educação ambiental, mas precisamos pensar de outro jeito e não criminalizando os catadores como vem sendo feito por essa gestão. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Ver. Hamilton e o Ver. Cassiá, vereador que defende um pessoal independente do País todo, e luta. Agora, aqui na Câmara Municipal, eu apresentei essa Emenda, justamente para defender... É uma autorização. Então eu confesso, falava com o líder do governo, o governo, no seu projeto define a autorização da reposição, não define o período. É lógico que a definição do período tem importância no caso específico dos servidores, eu acho que isso seria útil, o governo tem que ter claro, o reconhecimento de perdas. Eu acho que é disso que se trata, o Ver. Prof. Alex é professor municipal. Eu apresentei uma emenda que é uma emenda que autoriza a reposição e ela define a base dos exercícios de 2017 para cá, justamente porque são os exercícios em que os servidores tiveram perdas inflacionárias. Isso é um reconhecimento, isso são os dados, é estatística. É óbvio que o pagamento dessas reposições depende de muitas questões: do caixa do governo, da relação de forças, dos conflitos sindicais. A gente sabe que a legislação não resolve o dia a dia e a vida concreta, mas o esforço que eu fiz, junto com o Ver. Prof. Alex, com a Ver.^a Karen e Ver. Pedro Ruas, é autoria minha essa emenda, mas ela é uma elaboração do PSOL, é para que haja esse espaço, que pode até não ser espaço de negociação se o governo não quiser, essa é a verdade. Porque o espaço de negociação em relação à reposição dos servidores ele é dado pela luta dos servidores, pela vontade do governo. Então, se isso vai ocorrer ou não, vai depender de circunstâncias que não é a lei que define, mas o esforço nosso é que haja o reconhecimento – viu, Presidente Hamilton? – das perdas. Eu acho que isso é útil, porque reconhecer as perdas é trabalhar com os dados reais. Como nós estamos falando de autorização, nós não estamos falando que o governo vai ter que repor; nós estamos falando que o governo tem que reconhecer. E nós termos uma legislação que não reconheça essas perdas, eu, sinceramente, considero um desrespeito com os servidores, porque as perdas existem, os servidores sabem dessas perdas. Se a Câmara dos Vereadores vota uma legislação que não reconhece sequer essas perdas, eu acho que a Câmara dos Vereadores vai estar votando algo que diz respeito ao serviço público. Eu faço esse apelo ao governo, porque nós estamos aqui, eu e o professor Alex fizemos um esforço para que esse tema fosse votado em separado, justamente para tentar convencer o governo de votarem, porque teve aqui um bloco de rejeição. Nós sabíamos, quando se formou o bloco, que ia ser um bloco de rejeição. Nós votamos a favor, mas nós sabíamos que nós iríamos perder, porque, quando se organizam blocos, se organizam os blocos ou para perder ou para vencer em bloco. Quando o governo propôs o bloco foi calculando a rejeição. Nós, evidentemente, tiramos essa emenda do bloco da rejeição para quem sabe convencer o governo ou os vereadores independentes a votarem pelo reconhecimento das perdas. É disso que nós estamos falando: reconhecimento das perdas. O governo não vai estar obrigado a pagar, mas não reconhecer as perdas numa legislação, num planejamento

é grave, porque as perdas existem. E a emenda trata disso, autoriza a reposição dos índices inflacionários devidos nas datas bases dos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 de forma parcelada ou não. É muito básica essa emenda. A reposição, as perdas, faz muito tempo que os servidores estão perdendo, e é importante que a Câmara vote a favor dos servidores, a favor do respeito ao serviço público.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores, vereadoras, público que está acompanhando, Ver. Bosco, é preciso fazer alguns esclarecimentos. A emenda não é do Robaina, é da oposição. Ele é o líder da oposição, eu sou o vice-líder, eu estou falando com propriedade aqui, porque essa emenda foi construída com o bloco de oposição. Obviamente que todos nós temos uma certa responsabilidade de vir aqui e dizer porque fizemos a emenda. Quantos servidores o município tem em Porto Alegre? Quais foram os reajustes que os servidores não ganharam ao longo de oito anos? Mais de 30% do governo Marchezan. “Ah, mas a culpa é do governo Marchezan.” É também culpa do governo Marchezan e de quem assume o passivo. Ou você compra a Carris e não vai pagar o passivo trabalhista? A empresa vai ter que pagar, embora nós sejamos contra a privatização. Aqui não é diferente, os servidores não ganharam reajuste por quatro anos, o governo Marchezan não recebia os servidores, foi o maior absurdo da história da cidade! Aliás, não recebia ninguém, muitas vezes nem os vereadores. Qual foi o recado que ele recebeu? Não precisa nem dizer, não se reelegeu, não foi para o 2º Turno e nem como deputado estadual se elegeu. A política nos dá recados importantes e nós temos que interagir com todo mundo, independente ser do partido A ou B. Aqui é um apelo do servidor público, e essa emenda é autorizativa, o governo faz ou dá se quer. Ou governo não vai dar nada, nobre líder Cecchim? E sei que V. Exa. percebeu que colocaram ali 2017, 2018 e 2019, mas tem uma perda, sim, mas o governo vai dar se quiser. O governo hoje tem mais de R\$ 700 milhões em caixa, o que vem aí na LDO, que nós estamos discutindo, são R\$ 10 bilhões. Será que não vai dar nenhuma sinalização? Vai, vai dar. Quanto vai dar? É uma negociação, é uma Mesa que será formada. Portanto, eu faço um apelo aqui à base do governo para votar favorável a essa emenda. Não vai mudar o mundo, mas vai sinalizar que a Câmara Municipal de Porto Alegre está dizendo que o governo tem que sentar com os trabalhadores e negociar os índices inflacionários dos últimos anos ao menos. Quem é que os senhores acham que vai atender no posto de saúde em tempos de pandemia? Nós passamos momentos difíceis, e quem é que foi... Ah, mas batemos palmas! Só palmas não levam àquilo que mais o servidor público quer, que é a dignidade de poder ter um salário decente, e não só quando precisa, em tempo de ciclone e tudo mais, trabalhar nos fins de semana, como acontece na área da Saúde, o turno estendido, fins de semana, vacinação. Vamos valorizar o servidor e dar aumento, dar reposição salarial pela inflação, é esse o pedido, não é nada

estranho. Por isso faço um apelo aqui, um apelo, Ver.^a Abigail, para que nós aprovemos essa emenda, porque isso é uma sinalização positiva. Se vai dar, ou não é outra coisa, mas o que vale é o governo receber o servidor público e dizer: “Eu quero dar alguma coisa, vamos negociar o índice”. Esse é o esforço que nós temos que exigir sempre, como Casa, ou como Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; em primeiro lugar, Ver. Robaina, quero dizer a V. Exa. que votarei favorável ao projeto. As perdas salariais precisam ser respostas dentro das possibilidades de caixa que cada governo tem. Agora eu não posso concordar com o discurso do Ver. Oliboni, enfático...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): O PDT não manda de mim, eu tenho opinião. Aí o Ver. Oliboni vem aqui precisando do voto, faz um discurso amplo sobre reposição de perdas, no que ele tem razão, mas esquece que o PT tirou a bimestralidade do funcionário público. Vocês perderam a eleição para o Fogaça por causa disso. Os funcionários públicos recebiam a reposição da inflação de dois em dois meses, vocês tiraram a bimestralidade, aí o senhor não diz isso. O bonito seria chegar aqui e dizer: “Olha, por problema de caixa, o meu partido, quando estava no governo tirou a bimestralidade”. Poderia chegar aqui e dizer: “Olha, o meu partido errou, o meu partido tirou a bimestralidade, mas errou porque não tinha caixa” – e é verdade! Tirou por causa disso! Agora, fazer uma defesa da reposição que tem que ser, que é verdadeira, mas esquecer o passivo, não dá! Não dá, vamos reconhecer aqui. É aquela história que eu falo sempre: os governos todos fazem coisas boas; todos fazem coisas que não dão certo; todos tentam acertar. E o PT, quando tirou essa bimestralidade, tirou porque não tinha caixa, e é verdadeiro isso. Agora, vocês imaginem se um outro governo tirasse isso, se um outro governo tomasse a iniciativa de tirar a bimestralidade? Ver. Alex, V. Exa. que é funcionário público, a Casa ia cair! A Casa ia cair, nós íamos ter aqui uns 10 discursos.

Eu repito: vou votar “sim” nesse projeto. Acho importante a defesa que a oposição está fazendo, mas o bonito é vir aqui e reconhecer. Eu não tenho nenhum problema de reconhecer os erros que o Fortunati cometeu no governo. Não tenho nenhum problema de reconhecer erros que o Fogaça tenha cometido, porque eu fui seu secretário. Não tenho! Querer esconder, querer maquiagem... Quem vive nesta Casa, como eu vivo, quase 30 anos, junto com o Ferronato, entramos em 1989 aqui, nós temos a história desta Casa na mão. Então, não adianta vir aqui para distorcer, para fazer, porque tem um histórico. E o histórico é este: o PT só perdeu a eleição para o Fogaça porque tirou a

bimestralidade, por isso, mas tirou porque não tinha caixa, e quando não tem caixa, não se pode pagar. Tinha razão o PT quando tirou, é óbvio! Agora, tem que reconhecer, Ver. Oliboni. Eu vou votar, mas tem que chegar aqui e dizer: “Olha, já aconteceu lá atrás isso, houve um equívoco.” Mas é um equívoco com justificativa, porque tudo tem uma justificativa. Nenhum governo consegue acertar tudo, não é? E essas coisas vão minando. Então, este projeto é bom, vereador. Voto “sim”. Eu pensei que o projeto era só seu, mas é da oposição. Voto “sim”.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu vou ser bem breve para nós não termos que voltar aqui amanhã às 9h da manhã. Dito isso, eu escutei o Ver. Robaina, aliás eu queria cumprimentar o Ver. Alex Fraga pela explanação do que é LDO. Meus cumprimentos, Ver. Alex. Então, eu escutei o Ver. Robaina e escutei o Ver. Oliboni. Ver. João Bosco Vaz, por que é que nós não podemos votar a favor? É justamente para não cometer aquilo que o PT cometeu, que Vossa Excelência disse muito bem aqui, de prometer e não entregar. Nós não podemos fazer isso, Ver. Robaina. Sei que os seus argumentos são muito bons, é justo; mas nós não podemos prometer aqui, dar esperança para o funcionalismo, se nós não pudermos cumprir. Não é do nosso feitio fazer isso. Só para aprovar um artigo ou outro artigo a mais. Então, como é que nós vamos recuperar 2016, 2017, 2018? É claro que houve perdas salariais nas empresas também, os funcionários de outros setores também tiveram perdas, é lógico que sim. Mas nós não podemos cravar aqui na LDO uma esperança. Não podemos. Nós não podemos mentir, nós não podemos espalhar uma esperança que não vai ser concretizada. Então, em nome da verdade, em nome de não prometer aquilo que não se pode entregar, nós, a base do governo, votará “não” nesta emenda, para não mentir como foi mentido antigamente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, se me permite, encaminho do microfone de apartes. Faço este encaminhamento porque se estou vereador é porque acredito no exercício da política. Não tem ingenuidade nenhuma nas disputas que evidentemente compõem a atuação política, mas, Ver. Cecchim, Ver.^a Cláudia, dialogava com vocês pessoalmente, ao acreditar na política eu também entendo que existe algo muito importante para nós que é a independência dos poderes. Eu acho que esta emenda apresentada aqui, e que nós discutimos a sua votação, sinaliza para cidade se a Câmara Municipal reconhece ou não as perdas que o serviço público

municipal, que os servidores públicos municipais tiveram ao longo de pelo menos quatro anos consecutivos – perdas que chegam quase ao valor de 25%. Ver. Cecchim, líder do governo, a própria LDO, como o senhor disse aqui desse microfone de apartes, no seu art. 52, aponta a necessidade de reposição salarial. Por isso é muito importante que também, no art. 51, nós deixemos nítido para a cidade e para o Executivo que existem, sim, perdas salariais do governo anterior, que não podem ser esquecidas. Quando alguém vence a eleição municipal, como o próprio prefeito Melo diz, se torna prefeito da cidade inteira, inclusive dos legados, positivos e negativos dos governos anteriores, e esse é um tema que precisa ser enfrentado. Eu acho que uma emenda que apenas autoriza para que o Executivo faça, por consequência, o seu esforço a partir da sinalização do Legislativo municipal, merece ser aprovada com apoio de todos os vereadores e todas as vereadoras. Eu faço essa fala em sentido de apelo – de apelo –, porque eu entendo que, assim como fez no passado, a base do governo pode, mais uma vez, aqui apoiar esta emenda apresentada inicialmente pela oposição. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação a Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, concordo com o Ver. Giovani Culau que o prefeito tem que assumir as matérias, discutir, mas o prefeito municipal sabe das suas responsabilidades. E, assim como o PT, nos anos de 2003, 2004, acabou com a bimestralidade porque não tinha recursos em caixa, como bem disse o Ver. Bosco, o prefeito João Verle não acabou porque ele quis, foi porque não tinha recurso para dar continuidade ao reajuste bimestral que estava quebrando a Prefeitura. Tanto é que o próximo governo que assumiu pegou a Prefeitura com dificuldades financeiras. Então, nós, os vereadores, nós não precisamos autorizar o prefeito a fazer aquilo que ele pode fazer sem a autorização da Câmara. Acho que é uma perda de tempo nós ficarmos discutindo uma emenda, querendo se valorizar para dizer que foram eles que resolveram o problema do funcionalismo; o problema do funcionalismo, dos reajustes necessários, da correção vai ser feito quando o prefeito achar que tem recursos em caixa. O debate nós podemos fazer; agora, não criar uma emenda na LDO, que é a diretriz orçamentária, dizendo que o prefeito está autorizado a fazer o que ele pode fazer sem autorização.

Eu vou votar contrário, porque o prefeito não precisa dessa autorização. Se ele tiver recurso e achar, como administrador, gestor do Município, que quer fazer, ele faz, independentemente da nossa vontade, da nossa autorização. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; venho fazer o encaminhamento da Emenda nº 72 à LDO, assinada pelo meu colega de bancada, Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, e agradeço aos meus colegas – Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Karen Santos – pela possibilidade de me manifestar pelo encaminhamento da liderança do nosso partido. Muito provavelmente a atuação, nesta tribuna, da tentativa de convencimento de alguns vereadores e vereadoras não dê em nada, mas eu fiz a inscrição para usar este momento para dialogar um pouquinho com o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim, porque ele utilizou, aqui na tribuna, uma palavra que, para mim, é muito importante: o Ver. Idenir Cecchim disse que o governo não dá acordo para aprovação desta emenda para não dar esperança para os servidores públicos do Município. Ver. Cecchim, peço um minuto da sua atenção enquanto me manifesto: o senhor utilizou a tribuna justificando que o governo não quer dar acordo para aprovar essa emenda para não dar esperança para os servidores. Ver. Cecchim, eu, assim como boa parte dos seres humanos, sou movido por esperança, nós somos movidos por esperança, a esperança de uma Porto Alegre melhor, a esperança de um ambiente sustentável, a esperança de educação, de minimização das desigualdades sociais, nós atuamos politicamente, porque temos esperança, a menos que, é claro, não podemos fechar os olhos, algumas pessoas talvez se movimentem por conta de interesses pessoais, e isso é desprezível na política.

Eu acredito que quem busca a modificação da sociedade é movido por esperança. Isso não pode ser morto dentro das pessoas. Dar esperança ou permitir que as pessoas possam almejar a reposição de inflação que corrói os seus salários.

Quando eu entrei na Prefeitura, o discurso era de que nós, professores municipais, ganhávamos muito melhor do que os professores municipais de outras cidades e infinitamente melhor do que os professores da rede estadual. E era verdade! Era! Era verdade! Infelizmente a corrosão dos nossos salários durante esse período contribuiu para que várias outras cidades hoje estejam pagando melhor do que o município de Porto Alegre para a categoria ao qual eu estou inserido. Eu sou professor do município de Porto Alegre; eu sou professor, sou servidor municipal. É triste. Viamão, aqui do lado, Viamão paga melhor que Porto Alegre. Sim, senhor. Olhe, por favor. O Ver. Ramiro Rosário não consegue acreditar, mas é a realidade. E nós precisamos de esperança, Ver. Cecchim, precisamos, sem mentira, tanto que a emenda do Ver. Robaina coloca justamente de forma bem clara que autoriza a Prefeitura. É uma emenda autorizativa. Obviamente isso vai estar atrelado às condições do caixa da Prefeitura. Nós temos o limite de responsabilidade fiscal que não pode ser ultrapassado. Se a Prefeitura fizer bem o seu trabalho, nós teremos superávit. A oposição não é contra que a Prefeitura capte mais recursos e os direcione de forma coerente, responsável. É para isso que nós atuamos, para tentar contribuir para a cidade no qual vivemos. Eu peço que os vereadores da base governista pensem; dar esperança para as pessoas não é ruim, as pessoas se envolvem mais com as suas atividades, elas se dedicam mais, elas colaboram mais, e nós

precisamos estimular a colaboração e não o individualismo cego que nos coloca para a idade das trevas.

Portanto, eu peço a sensibilidade de todos, que possamos aprovar essa Emenda, que é uma Emenda que dá esperanças a uma categoria que perdeu muito durante vários anos, sequer teve reposição das perdas inflacionárias. Muito obrigado pela atenção de todos e de todas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 024/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLE 024/23. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente Hamilton Sossmeier, a minha Emenda nº 03 visa reescrever, suprimindo incisos e adequando a redação, a fim de garantir que o vereador possa escolher livremente a programação orçamentária e os beneficiários da destinação dos recursos orçamentários, resumidamente. A subemenda da Ver. Mari Pimentel engessa e suprime a liberdade dos vereadores de remanejar os recursos decorrentes das emendas com impedimentos técnicos, para apenas uma emenda, quando nós poderíamos fazer igual ao número de emendas do impedimento técnico, ou seja, a gente pode, no impedimento das emendas de valor alto... Ele não poderá dividir. É isso que diz a emenda da Ver. Mari Pimentel, que nós respeitamos, mas não podemos perder a capacidade de fazer emendas e distribuí-las, senão a gente fica engessado. Assim, da maneira que já foram apresentadas várias emendas aqui junto ao orçamento, nós ficamos com uma liberdade maior. Muitas vezes, há impedimentos em algumas emendas, e aí a gente pode distribuir entre outras, ou até em novas emendas. Então, eu peço a rejeição, respeitando a liberdade da vereadora, mas peço que nós possamos rejeitar para dar mais liberdade ao vereador na escolha das suas emendas, e principalmente, quando tiver impedimento, poder redistribuir. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLE nº 024/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha, Presidente da Câmara, gostaria de reforçar que a subemenda trata de um tema sensível, que quando um vereador encaminha uma emenda, e ela tem algum problema, algum impeditivo... A subemenda diz que a emenda não pode virar 10 emendas, 15, 20 ou 100. Ela tem que ser ou o número de emendas que foram impedidas, do Executivo, por algum problema técnico, ou menos, porque eu entendo a

nossa necessidade de liberdade como vereadores, mas também temos a responsabilidade, como cidadãos e como vereadores, de não inviabilizarmos o Paço Municipal de trabalhar. Então, se um vereador quisesse pegar uma emenda inviável e transformar em cem, essa emenda liberaria, e a subemenda é para suprimir essa situação, para garantir que nós não vamos ter nenhuma situação que vai ser inviável pelo Paço Municipal. Entendo a responsabilidade de cada um de nós, entendo que ano que vem é um ano eleitoral, no qual o Executivo tem uma limitação e por isso coloquei essa subemenda. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alex Buyu está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLE nº 024/23.

VEREADOR ALEX BUYU (SD): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Mesa; boa tarde, colegas vereadores, quem está nas galerias e quem está nos assistindo em casa. A preocupação, Ver.^a Mari, é a seguinte: imagina a senhora, que nós colocamos uma emenda impositiva de R\$ 300 mil, hipnoticamente, para construir um prédio, construir um benefício para a comunidade, e essa emenda foi simplesmente negada, daqui a pouco eu tenho mais três, quatro emendas de quebra-molas, ou coisa bem menor, a gente perde essa diferença de R\$ 300 mil para outra. Então, a ideia da proposição aqui, se a gente conseguir limitar – é um encaminhamento –, depois que impedir a emenda com um certo valor, ela possa se transformar por emenda ilimitada. Eu concordo com a senhora também, vou lá e coloco numa emenda que eu sei que vai ser impeditiva, de meio milhão, e depois saio distribuindo... Também não; distribuindo para 100, 200 obras. Concordo com a senhora que não, mas que essas emendas depois possam ter um número limitado, que transforme em cinco, seis, com um valor... Apenas o vereador que teve a sua emenda, a sua demanda impedida, não fique ali com aquele valor depois para perder. Acho que vai contribuir bem mais.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, a gente ouviu três manifestações e o plenário ainda não está esclarecido, eu gostaria que a DL, o Presidente ou alguém nos orientasse. Nós precisamos saber se, de fato, esta emenda que pode dar problema, vamos supor que seja R\$ 300 mil, ela pode ser desmembrada ou não? Uns dizem uma coisa, outros dizem não!

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): A subemenda; então, a emenda do Ver. Cassiá libera, ou seja, se eu tenho uma emenda de R\$ 500 mil para um projeto e ele foi inviabilizado, eu posso transformar em 10, 20 ou 100 emendas, na do Cassiá, mas a nossa estabelece, mantém a mesma regra – de uma emenda que está inviabilizada, tornar-se a mesma, uma emenda.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Só para ficar claro, a Ver.^a Mari disse que pode se transformar em 100; é muito fácil falar aqui. Não, não é verdade, isso já está estabelecido; as próprias emendas de outros vereadores corrigiram. Hoje é limitado.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Eu gostaria de reforçar que, independentemente do viés ideológico de cada um, ano que vem é um ano eleitoral, no qual as emendas têm que ser entregues até junho ou julho. E a gente sabe que a inviabilidade, quando vier, vai próximo dessa inviabilidade. Imagina uma emenda de R\$ 500 mil se tornar 10 emendas a tempo hábil de o Executivo viabilizar essas 10 emendas; ou de R\$ 100 mil se tornar 10; então, é nessa situação, diante desses fatos que se colocou esse limitador.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Pelo que entendi, se três emendas, dessas 20, forem inviabilizadas por falta de documento da entidade, tu podes reapresentar mais três emendas no lugar dessas três, com os mesmos valores, que vai complementar as 20, é isso?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): É isso aí. Exatamente.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Não estou falando que é... Vêm cá, eu estou falando alemão aqui? Se três forem inviabilizadas, o vereador pode apresentar mais três no lugar dessas três, nos mesmos valores; o que não pode é pegar essas três e fazer cinco.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, eu acredito que a Ver.^a Mari está fazendo uma confusão enorme na cabeça dos vereadores. O que o Ver. João Bosco acabou de falar é o que eu iria dizer; inclusive, se três forem inviabilizadas e eu quiser transformar em uma única, pode; só que a vereadora Mari quer inviabilizar total a questão de uma emenda que tiver um problema técnico que não possa ser corrigido. Então, eu convido os vereadores a se posicionarem e não deixarem que narrativas que estão sendo feitas pela Ver.^a Mari sejam tomadas como verdade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassiá Carpes, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLE nº 024/23. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Rapidamente, para justificar, até acho que é meritória a ideia da vereadora, mas é que, na prática... Por exemplo, eu peguei, fiz tudo o que tem que fazer, falei com o secretário, perguntei o que eles precisavam, cheguei lá na secretaria de Saúde – no caso do SAMU –, onde falaram: “Vamos fazer uma base do SAMU em tal lugar”. Qual é o orçamento? O orçamento dado pela secretaria

é de R\$ 200 mil para fazer. *Show* de bola. Daí eles falaram o que eles precisavam, eles falaram quanto custava, eles pediram o dinheiro, e eu mandei exatamente tudo o que precisava. Daí, chegou na hora de executar: “Ah, pois é, mas é que choveu ali e tal, e daí quando ficava escuro não dava para fazer, então a gente teve que inviabilizar a tua emenda”. E daí um valor alto, eu tive que distribuir em duas ou três outras ações. Então, se ficasse a limitação, a gente ia engessar uma coisa que não faz sentido. Às vezes, um programa não custa tudo aquilo que a gente destinou de fato, caso venha a inviabilização. Então não faz sentido engessar uma situação como essa. Foi só para justificar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o PLE nº 024/23 e as Emendas aprovadas pela CEFOR e não destacadas – Mensagem Retificativa nº 01 e Emendas nºs 02, 03, 19, 59, 74, 75, 76 e 77. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Observamos que as Emendas nºs 06, 10, 11, 20, 26, 28 a 54 e 60 a 71, que tiveram parecer pela rejeição na CEFOR e não foram destacadas para votação em separado, são consideradas rejeitadas, nos termos do inc. VI do art. 120 do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Muito obrigado a todos os vereadores que participaram desta tarde numa votação importante. Cumprimentos à relatora que aprovou praticamente todo o seu relatório. Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado. Parabéns à relatora. Lembrando aos Srs. Vereadores, já que alguns vereadores vieram me consultar, amanhã nós não teremos Sessão Extraordinária, haja vista que vencemos esta pauta em um acordo de líderes que foi feito hoje pela manhã.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h02min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *